

NOS@EUROPE

O Desafio da Recuperação Económica e Financeira

Prova de Texto

La Résistance

Escola Secundária Frei Heitor Pinto

João Fazendeiro

João Gomes

Daniel Pais

Francisco Cipriano

Dezembro de 2011

1 Causas e consequências da Crise Económica e Financeira

A actual crise económica e financeira não é mais do que o resultado da combinação de uma série de ingredientes explosivos que foram sendo adicionados, um após outro, com o decurso do tempo.

1) Causas gerais

O padrão cultural ocidental, assente num consumismo exacerbado e numa procura de lucros fáceis, contribuiu com:

- o incentivo ao crédito, mesmo às famílias com baixos rendimentos;
- o excesso de endividamento;
- baixos níveis de poupança;

O modelo económico vigente, baseado na liberalização das trocas e globalização dos mercados com:

- a deslocalização de muitas empresas dos países ocidentais para as economias emergentes (BRIC), aumentando, assim, o desemprego e reduzindo as taxas de crescimento do PIB dos países desenvolvidos, em especial na U.E;
- a complacência e/ou omissão na regulação e fiscalização do sector financeiro;

O projecto europeu com:

- a criação de uma união monetária sem que existisse uma união económica e orçamental;
- uma política cambial de valorização do euro, que acaba por incentivar as importações e dificultar as exportações, agudizando a situação acima referida.

Os dirigentes políticos com:

- demagogia;
- irresponsabilidade;
- incompetência;

Muitos estados da Zona Euro, nos quais se inclui Portugal, com:

- um despesismo descontrolado;
- uma total incapacidade para cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento.

2) O contexto Português

A tudo isto se acresce ainda, no contexto português:

- o desmantelamento do sector produtivo: do sector agrícola fomentado pela penosa reforma da PAC, do sector pesqueiro com origem em directrizes europeias e do sector industrial como causa do processo de deslocalizações, que se veio intensificar ainda mais com os alargamentos da U.E. a Leste;
- uma aposta exagerada no sector da construção e dos serviços, como principais fontes de crescimento económico;

- a falta de um política eficaz de redução das nossas dependências, quer energética, quer alimentar, quer tecnológica;
- a impossibilidade de o Estado português desvalorizar o valor da moeda como forma de recuperar competitividade;
- uma elevada burocracia e tributação fiscal, que aliadas a uma morosidade da justiça, contribuíram para a pouca atractividade do país, como captador de IDE;
- a fuga da classe politica ao debate da sustentabilidade do Estado Social e à aplicação de medidas reformistas nos mais variados campos.

3) A crise do sub-prime

Quando em 2007, o excessivo endividamento das famílias norte-americanas com mais baixos rendimentos levou a que os títulos de dívida do mercado sub-prime, muitos deles anteriormente classificados com um rating de triplo A, perdessem o seu valor, tornando-se, assim, activos tóxicos para os bancos que por todo o mundo neles tinham investido, o rastilho por fim incendiara-se!

O colapso de muitos destes produtos financeiros levou a uma redução drástica dos activos dos bancos e à entrada de muitos destes em risco de falência, não só americanos mas muitos deles europeus, o que obrigou muitos estados a nacionalizarem ou apoiarem financeiramente estas instituições pelo seu papel vital na economia e devido ao risco de contágio sistémico – a crise financeira instalara-se.

4) O Plano Barroso: o catalisador

Como resposta às perspectivas de recessão então geradas, a Comissão Europeia, decide tomar uma medida que veio catalisar o desastre: a implementação do Plano Barroso, um plano que previa o relançamento da economia mas que ignorava o facto dos países europeus já se encontrarem altamente endividados e que não se apercebera da impotência europeia na coordenação de políticas económicas.

Este plano acabou por não ser mais do que uma soma de planos nacionais, que só vieram representar um aumento de despesa pública dos estados e conseqüentemente das dívidas soberanas, numa conjuntura de ausência de crescimento económico.

Tal combinação de factores não deixou nem as agências de rating indiferentes, que rapidamente cortaram o rating de vários estados, nem os mercados, que se apressaram a exigir juros cada vez mais altos, tornando inevitável que países como a Grécia, a Irlanda e Portugal pedissem auxílio externo e deixando em graves dificuldades outros países, como Itália e Espanha.

5) A austeridade e as suas conseqüências

Apercebendo-se deste facto, a U.E. decide mudar de estratégia e define como prioritário a redução dos défices orçamentais e a controlo das dívidas públicas por parte dos Estados-membros, incentivando, com esse intuito, a implementação de planos de austeridade. Estes planos, baseados num aumento da receita fiscal e na redução da despesa pública, irão levar:

- a uma perda do poder de compra dos cidadãos;
- a uma quebra no consumo;

- ao “arrefecimento” da economia;
- ao incremento da já elevada taxa de desemprego.

Situação esta que será ampliada pela redução dos níveis de poupança e pela pouca liquidez dos bancos o que implicará dificuldades na concessão de crédito ao funcionamento da economia e ao investimento.

Com tudo isto, perspectiva-se uma contenção orçamental das famílias nos gastos relativos à alimentação (degradação dos hábitos alimentares), aos cuidados de saúde, à educação e à cultura, criando-se assim condições para o agravamento dos problemas de saúde e para o desinteresse pela instrução.

O desemprego e a degradação das condições de vida da população incrementará, quer a instabilidade social, com repercussões nos níveis de criminalidade e na violência das manifestações sociais, quer a emigração, sobretudo de jovens qualificados e da população ativa desempregada.

No fundo, o regresso à troca directa, como forma de viabilizar a aquisição de bens, dado a escassez de dinheiro e a secura da economia, é, cada vez mais, uma possibilidade.

6) A crise como oportunidade de mudar

No entanto, nem tudo será negativo, a austeridade trará consigo uma oportunidade histórica para que se verifique uma alteração dos hábitos de vida ocidentais: desde um uso mais racional e ambiental dos transportes e o recurso a meios mais económicos, ao retorno ao cultivo e uso da terra de forma mais inteligente e sustentável, de uma maior consciência e maior racionalidade nas

decisões de consumo, poupança e investimento por parte dos consumidores, a um menor recurso ao crédito e uma maior preocupação com a poupança, por motivos de precaução, mas, acima de tudo, porque, se servir para corrigir anteriores falhas, permitirá criar as condições para uma recuperação económica sustentável, na qual, o conhecimento, a inovação tecnológica e o empreendedorismo serão vitais.

7) A Europa e o seu futuro

Contudo, enquanto no seio da Europa não for encontrada uma resposta que permita, simultaneamente, colocar um ponto final na especulação dos mercados e encontrar um solução de fundo de modo a evitar semelhantes incidentes, as dívidas soberanas continuaram sobre ameaça e aquilo que outrora fora uma crise localizada, poderá levar à queda de economias de países como a Itália e a Espanha, à conseqüente implosão da moeda única e a um abalo de conseqüências imprevisíveis nos alicerces da mais magnífica obra do século XX.

2 Referências

3 Declaração de compromisso de honra

Os membros da equipa La Résistance declaram que este é um trabalho original e inédito, desenvolvido por eles com o fim de participarem na Prova de Texto do Concurso NOS@EUROPE.